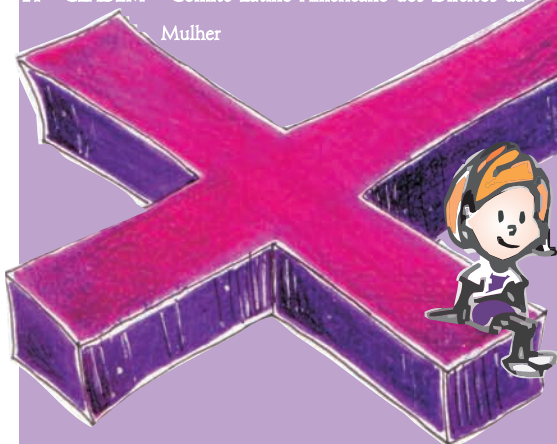


Território de Mulher



- 1 - Assessoria das Delegacias de Defesa da Mulher
- 2 - Conselho Estadual da Condição Feminina
- 3 - 1ª DDM – Centro
- 4 - Projeto Casa Mãe
- 5 - COJE - Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher
- 6 - Faculdade de Direito USP
- 7 - FMU Escritório de Atendimento Jurídico
- 8 - OAB Escritório Experimental Centro
- 9 - PAJ - Procuradoria de Assistência Judiciária – Cível
- 10 - PAJ - Procuradoria de Assistência Judiciária – Criminal
- 11 - UNIP Vergueiro
- 12 - Hospital do Servidor Público Municipal - Serviço Aborto Legal
- 13 - Hospital Pérola Byington - Programa bem-me-quer
- 14 - Católicas pelo Direito de Decidir
- 15 - Centro de Integração Social da Mulher
- 16 - CIM - Centro de Informação da Mulher
- 17 - Gelédes - Instituto da Mulher Negra
- 18 - Coletivo de Feministas Lésbicas
- 19 - União Brasileira de Mulheres
- 20 - União de Mulheres de São Paulo
- 21 - CLADEM – Comitê Latino Americano dos Direitos da Mulher





volvemos propostas para interferir no processo atual, com a participação ativa no momento político, em especial, com a participação das mulheres nas conferências mundiais da ONU nos últimos 30 anos e nas quatro conferências de mulheres. O que vimos percebendo que a ONU vive uma crise política e de luta de poder interno que veio arrefecer a possibilidade até então criada, da participação mais ampla em suas instâncias. Mas as feministas estão organizadas na Marcha Mundial de Mulheres contra a pobreza e a violência sexista e na HIC – Coalition International Habitat.

Até hoje, que nós saibamos, poucos trabalhos, embora extremamente importantes, foram elaborados com o objetivo específico de sensibilizar as/os profissionais envolvidas/os em atividades de planejamento, especialmente as que se realizam na escala municipal, visando a incorporar propostas voltadas para a construção de uma sociedade em que homens e mulheres desfrutem de mais igualdade de direitos sociais, econômicos e culturais.

Por isso, nos propomos aqui a fazer esta reflexão sobre as teorias urbanas e sociais, recolhendo o conhecimento já acumulado, formulando propostas e verificando o que é necessário fazer para que elas sejam levadas à prática, pesquisando, conhecendo, aplicando, avaliando, registrando, conceituando, reaplicando sempre esses resultados sobre a realidade, de acordo com o papel que julgamos ser o da Universidade, que deve o de contribuir para a resignificação do urbano e do intra-urbano.

O urbanista não deve defender a despolitização, fortalecendo a especialização tecnocrática, o que também não deixa de ser uma posição político-ideológica não assumida. Mas deve, sim, trabalhar com a multidisciplinaridade, a intersetorialidade e a transversalidade, não mais encarando a cidade apenas sob o aspecto físico ou o funcional.

O urbanismo pode-se dizer “racionalista”, mas, antes de tudo, precisa se pausar por um outro modelo, que não se enquadre no seguinte diagnóstico: “Até a segunda metade do século XX, o progressismo entendeu a cidade contemporânea como fruto de um movimento que produzia uma ruptura radical na História, e não como uma etapa de um processo histórico”⁶. E também: “Aceitando-se como positivas as idéias de progresso e modernidade, o interesse das/os urbanistas deslocou-se dos aspectos sociais e econômicos para as estruturas técnicas, funcionais e estéticas”. Com a ausência de crítica acarretada pela prevalência dessa visão, passou-se a produzir distorções na realidade e a trabalhar com valores supostamente universais, supondo um espaço idealmente indiferenciado e acalentando metas de alcançar a eficiência dos sentidos”⁷.

⁶ Kolsdorf, 1985, p. 24.

⁷ *Id.*, *ibid.*